INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL
informação à comunicação social
DESTAQUE

23 de maio de 2023
REMUNERAÇÃO BRUTA MENSAL MÉDIA POR TRABALHADOR
(Dados da Autoridade Tributária – Estatísticas calculadas e analisadas pelo INE)
2021
DESTAQUE AD-HOC PELO 88º ANIVERSÁRIO DO INE

STATS lab

A DISTRIBUIÇÃO DAS REMUNERAÇÕES BRUTAS POR TRABALHADOR NO SECTOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E NO SECTOR PRIVADO DA ECONOMIA

Com base na informação da Declaração Mensal de Remunerações transmitidas pelas empresas à Autoridade Tributária, remetida mensalmente ao INE por aquela entidade ao abrigo de um protocolo, o INE iniciou a divulgação de novas estatísticas sobre remunerações por trabalhador. A informação respeita a cerca de 4,6 milhões de trabalhadores, considerando todos os tipos de rendimento do trabalho[1] e é integrada com outras bases de dados disponíveis no INE no âmbito do projeto mais amplo da Infraestrutura Nacional de Dados criada pelo INE, possibilitando a caracterização sociodemográfica dos trabalhadores e das empresas onde trabalham. Neste Destaque apresentam-se resultados complementares aos divulgados no dia 12 de abril[2], sobre a distribuição das remunerações brutas por trabalhador no sector das Administrações Públicas e no sector privado da economia, para o ano de 2021.

1. Introdução

Neste Destaque apresentam-se resultados complementares aos divulgados no dia 12 de abril[2], data em que o INE divulgou novas estatísticas sobre remunerações por trabalhador com base na informação da Declaração Mensal de Remunerações transmitida pelas empresas à Autoridade Tributária, sobre a distribuição das remunerações por sector institucional (sector das Administrações Públicas e sector privado) para o ano de 2021. Esta informação enquadra-se no espaço do Portal StatsLab – Estatísticas em desenvolvimento.

A análise por sector institucional teve por referência o universo de entidades que compõem o sector das Administrações Públicas (AP) (S13, cf. Contas Nacionais)[3], sendo o sector privado definido por diferença. Foram excluídos os trabalhadores que ao longo de 2021 trabalharam em ambos os sectores, correspondendo a cerca de 80 mil trabalhadores (1,7% do total de 4,6 milhões de trabalhadores). Os trabalhadores do sector das AP e do sector

[1] Para os efeitos deste Destaque, os conceitos de remuneração e rendimento são considerados sinónimos. São considerados todos os tipos de rendimento (sujeitos a tributação; isentos de tributação, mas sujeitos a englobamento; não sujeitos a tributação) e de todos os regimes de proteção social (onde se incluem as diferentes Caixas de Previdência, a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações).

[2] Destaque StatsLab "INE divulga novas estatísticas sobre remunerações por trabalhador tendo como referência informação da Autoridade Tributária - 2019 – 2021".

[3] O universo de entidades que compõem o sector institucional das Administrações Públicas é sujeito a atualizações semestrais.

ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - tel: + 351 21 842 61 10 | sci@ine.pt

privado analisados no presente Destaque correspondem a indivíduos que trabalharam, exclusivamente, num único sector institucional (740,9 mil trabalhadores no sector das AP e 3 799,6 mil trabalhadores no sector privado).

2. A distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador segundo o sector institucional

Apesar do exercício de comparação das remunerações médias dos trabalhadores entre determinados grupos populacionais ser limitado, dada a ausência de controlo para todas as dimensões de heterogeneidade existentes dentro de cada um desses grupos em confronto, o que só seria possível por recurso a equações de salários e modelos econométricos, não deixa de ser interessante assinalar diferenças segundo algumas dessas características dos trabalhadores para as quais o INE dispõe de informação no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados. A análise seguinte salienta, em particular, as diferenças salarias por nível de escolaridade completo, e nos quadros 1 e 2 em anexo podem ser consultados resultados por sexo, grupo etário e região NUTS II de residência.

Em 2021, a remuneração bruta mensal média por trabalhador[4] era mais elevada no sector das AP do que no sector privado (2 019€ vs. 1 335€; mais 51,2%). Este resultado reflete, como referido e entre outros fatores, diferenças no tipo de trabalho realizado e qualificações dos trabalhadores que os integram. Com efeito, verifica-se, por exemplo, que os trabalhadores do sector das AP têm, em média, níveis de escolaridade mais elevados[5]: 55,2% dos trabalhadores neste sector tinham ensino superior (22,7% no sector privado), 26,6% tinham completado o ensino secundário ou pós-secundário (32,4% no sector privado) e 18,3% tinham um nível de escolaridade correspondente, no máximo, ao 3.º ciclo do ensino básico (44,9% no sector privado).

Na Figura 1 é apresentada a distribuição da remuneração bruta por trabalhador segundo o sector institucional. Em ambos os sectores as distribuições são assimétricas positivas (mediana inferior à média) e os dois sectores têm o mesmo o intervalo modal (850€ a 900€). Contudo, o sector das AP distingue-se do sector privado na dispersão salarial. No sector privado, os salários estão concentrados em torno da moda e da mediana, situando-se a mediana salarial, em 2021, nos 996€. No sector das AP, verifica-se igualmente alguma concentração de trabalhadores em torno da moda (entre os 850€ a 900€), mas a mediana correspondia a 1 778€, verificando-se, ainda, uma concentração de trabalhadores entre a mediana e os 2 450€. Neste sentido, também a amplitude interquartil (AIQ)[6] é mais baixa no sector privado (672€) do que no sector público (1 511€), variando entre 800€ (percentil 25; P25[7]) e 1 472€ (percentil 75; P75[8]) no sector privado, e entre 1 028€ e 2 539€ no sector das AP.

[4] Os valores das remunerações contabilizam todas as componentes recebidas em todos os empregos, e não apenas o salário base do emprego principal. Ou seja, no caso dos trabalhadores com mais do que um emprego é contabilizado o total de rendimento de todos os empregos. Para cada trabalhador foi somado o total de rendimentos (antes de impostos) recebidos no ano e dividido pelo total de meses trabalhados.

[5] Para o sector das AP, citam-se os dados divulgados pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), cuja cobertura é próxima do sector das AP aqui definido, referentes a 30 de junho de 2022 e que cobrem todo o país. Para o sector privado, as percentagens foram calculadas com base no Quadro 36 da divulgação "Quadros de Pessoal 2021 (Anexo A do Relatório Único)", disponibilizado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Os dados desta divulgação respeitam a outubro de 2021 e a Portugal Continental.

[6] Medida de dispersão de 50% da distribuição em torno da mediana, isto é, a distância entre o primeiro quartil (equivalente ao percentil 25) e o terceiro quartil (percentil 75).

[7] 25% dos trabalhadores de menor rendimento, do sector privado, ganham até 800€, valor do percentil 25.

[8] 25% dos trabalhadores de maior rendimento, do sector privado, ganham pelo menos 1 472€, valor do percentil 75.

3. A distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador por nível de escolaridade completo

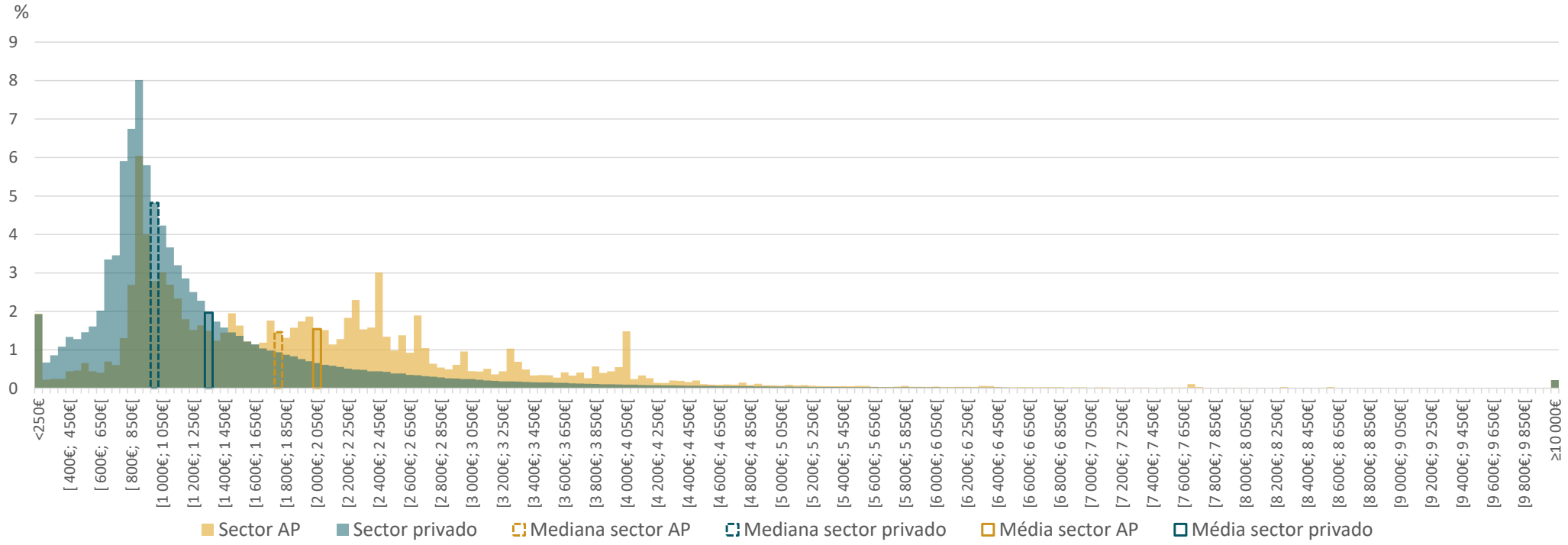
Por nível de escolaridade[9], são observadas diferenças salariais entre os dois sectores institucionais. Em 2021, a remuneração bruta mensal média dos trabalhadores no sector das AP que completaram, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico (Figura 2) foi 1 265€, mais 151€ (13,6%) do que no sector privado (1 114€), sendo este diferencial mais elevado no topo da distribuição (540€ no P90; 30,4%). Entre aqueles com ensino secundário ou pós-secundário (Figura 3), a remuneração bruta média por trabalhador no sector das AP foi superior em 166€ (12,3%) à do sector privado (1 514€ *vs.* 1 348€), sendo o diferencial maior no P80 da distribuição (506€; 30,3%).

Em termos médios, para os trabalhadores com ensino superior (Figura 4), em relação aos quais se registaram remunerações mais elevadas, observa-se uma maior diferença entre o sector das AP (2 957€) e o sector privado (2 263€) alcançando quase 700€ (30,7%). Contudo, se observadas as diferenças relativas entre as remunerações dos trabalhadores ao longo da distribuição dos rendimentos, verifica-se que para os trabalhadores com ensino superior, estas são estáveis em torno dos 70% na base da distribuição (P10 a P30) e diminuem desde então. No topo da distribuição (P95), o diferencial é apenas de 180€ (3,3%).

Este resultado pode estar associado, entre outros fatores, à diferente composição etária dos trabalhadores do sector as AP e do sector privado, com o primeiro grupo a apresentar uma idade média mais elevada dos trabalhadores, incluindo aqueles com ensino superior completo (Quadro 2). A este facto, associam-se maior acumulação de capital humano e de experiência profissional, com tradução nas remunerações auferidas pelos trabalhadores.

[9] A variável nível de escolaridade tem uma menor taxa de cobertura no sector das Administrações Públicas (60,1%) do que no sector privado (81,3%).

Figura 1. Distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador segundo o sector institucional



ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - tel: + 351 21 842 61 10 | sci@ine.pt

Figura 2. Momentos da distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador com ensino básico - até ao 3º ciclo segundo o sector institucional

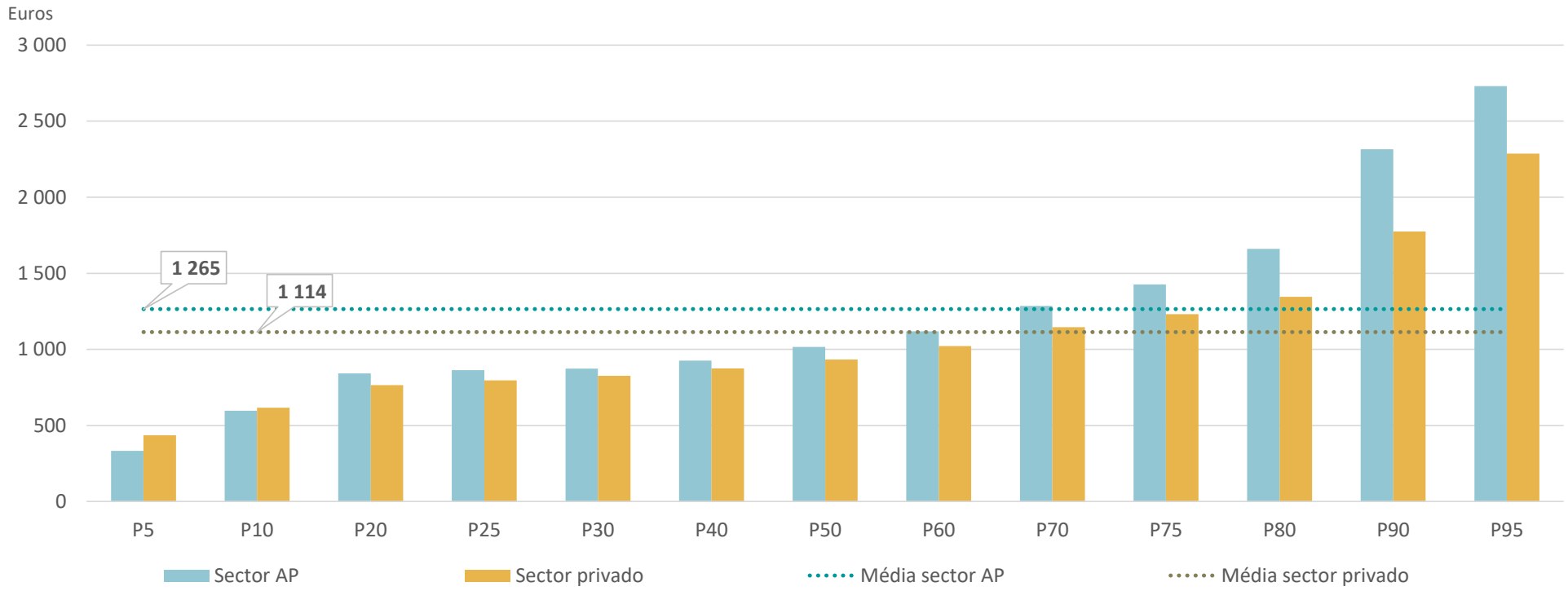


Figura 3. Momentos da distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador com ensino secundário ou pós-secundário segundo o sector institucional

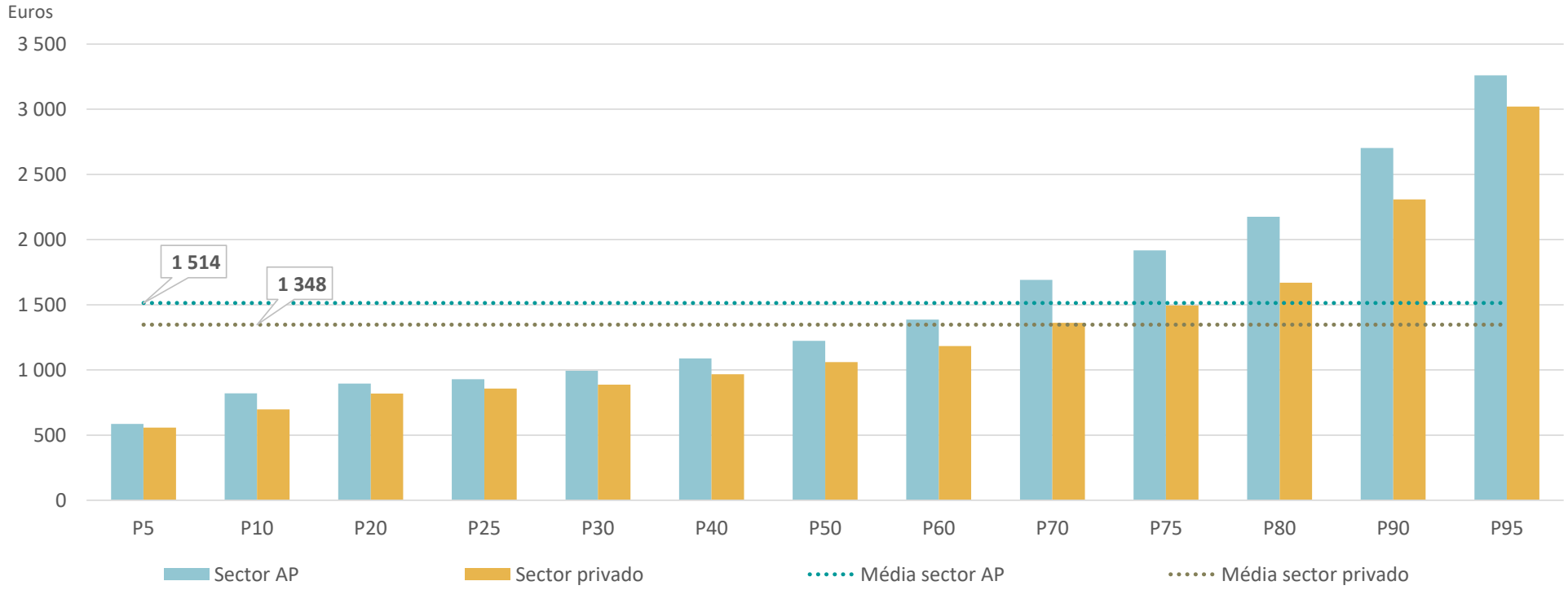
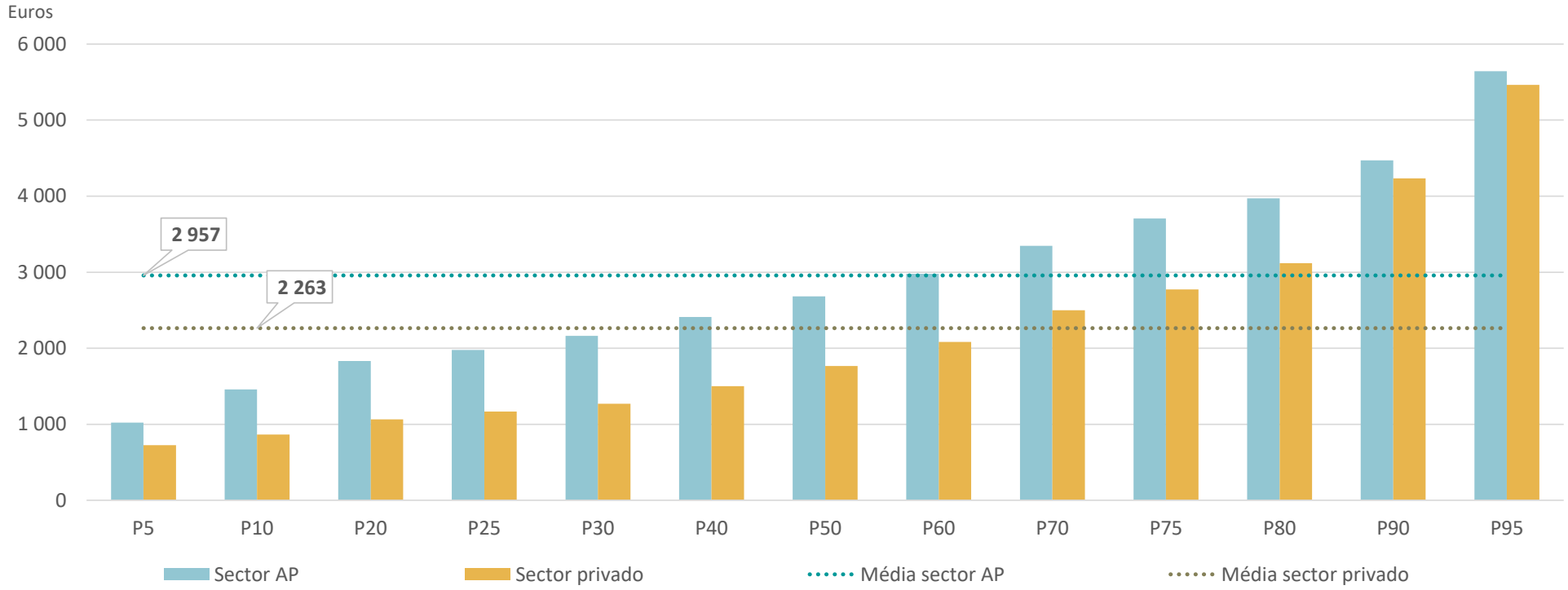


Figura 4. Momentos da distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador com ensino superior segundo o sector institucional



ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - tel: + 351 21 842 61 10 | sci@ine.pt

Quadro 1. Momentos da distribuição da remuneração bruta mensal por trabalhador segundo o sector institucional, sexo e grupo etário

Ano	Percentil													Média	Número de trabalhadores	
2021	P5[a]	P10	P20	P25	P30	P40	P50	P60	P70	P75	P80	P90	P95		Milhares	%[b]
	Euros															
Sector das Administrações Públicas	**644**	**845**	**942**	**1 028**	**1 126**	**1 437**	**1 778**	**2 092**	**2 402**	**2 539**	**2 726**	**3 677**	**4 182**	**2 019**	**740,9**	**100,0**
Homem	543	855	987	1 071	1 177	1 498	1 868	2 152	2 407	2 557	2 757	3 734	4 407	2 074	291,2	39,3
Mulher	696	843	915	1 006	1 092	1 399	1 735	2 049	2 399	2 521	2 704	3 632	4 056	1 983	446,7	60,3
Até 24 anos	245	349	552	689	794	884	960	1 034	1 123	1 186	1 298	1 756	1 981	996	18,6	2,5
Dos 25 aos 34 anos	479	717	905	990	1 095	1 385	1 572	1 789	1 958	2 034	2 164	2 679	3 378	1 672	74,3	10,0
Dos 35 aos 44 anos	676	842	957	1 048	1 172	1 494	1 722	1 904	2 089	2 219	2 319	2 944	3 791	1 838	155,5	21,0
Dos 45 aos 54 anos	784	865	998	1 083	1 213	1 615	1 991	2 271	2 410	2 490	2 644	3 342	3 980	2 042	231,6	31,3
Dos 55 aos 64 anos	788	863	958	1 039	1 132	1 402	1 987	2 446	2 812	3 065	3 286	4 027	4 497	2 246	220,5	29,8
Dos 65 aos 74 anos	205	759	901	965	1 052	1 287	1 711	2 565	3 502	3 897	4 026	4 942	6 586	2 525	36,7	5,0
Até ao básico - 3.º ciclo	333	597	842	863	873	926	1 016	1 119	1 285	1 426	1 660	2 315	2 731	1 265	149,1	20,1
Secundário e pós-secundário	586	820	896	928	994	1 089	1 224	1 386	1 691	1 917	2 176	2 703	3 261	1 514	96,9	13,1
Superior	1 023	1 458	1 832	1 978	2 162	2 410	2 683	2 980	3 346	3 707	3 971	4 471	5 644	2 957	199,1	26,9
Sector privado	**421**	**594**	**760**	**800**	**839**	**902**	**996**	**1 127**	**1 323**	**1 472**	**1 672**	**2 404**	**3 255**	**1 335**	**3 799,6**	**100,0**
Homem	517	670	818	863	897	999	1 125	1 286	1 531	1 707	1 933	2 743	3 695	1 512	1 919,9	50,5
Mulher	388	551	735	776	811	865	927	1 018	1 160	1 271	1 434	2 050	2 764	1 186	1 637,4	43,1
Até 24 anos	245	367	522	587	646	742	814	871	936	980	1 035	1 227	1 469	823	323,4	8,5
Dos 25 aos 34 anos	499	655	786	827	861	929	1 018	1 130	1 287	1 398	1 545	2 045	2 603	1 227	788,5	20,8
Dos 35 aos 44 anos	548	700	819	856	889	982	1 104	1 266	1 505	1 674	1 887	2 620	3 479	1 458	910,3	24,0
Dos 45 aos 54 anos	522	682	809	845	875	954	1 074	1 245	1 516	1 715	1 973	2 834	3 841	1 516	898,1	23,6
Dos 55 aos 64 anos	438	639	776	814	848	905	1 000	1 140	1 362	1 534	1 777	2 684	3 755	1 442	548,2	14,4
Dos 65 aos 74 anos	248	394	663	721	776	868	959	1 110	1 361	1 556	1 849	2 959	4 297	1 480	81,3	2,1
Até ao básico - 3.º ciclo	435	616	764	796	826	875	933	1 022	1 146	1 231	1 345	1 775	2 287	1 114	1 537,0	40,5
Secundário e pós-secundário	558	697	819	857	888	967	1 061	1 183	1 362	1 494	1 670	2 308	3 021	1 348	937,8	24,7
Superior	725	865	1 064	1 167	1 270	1 501	1 765	2 083	2 500	2 774	3 119	4 234	5 464	2 263	614,0	16,2

Notas:
a: o valor do percentil 5 pode ser particularmente influenciado pela presença de trabalhadores a tempo parcial.
b: a soma por dimensão (sexo, grupo etário, nível de escolaridade e NUTS-II) corresponde à taxa de cobertura da dimensão podendo ser inferior a 100%.

ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - tel: + 351 21 842 61 10 | sci@ine.pt

Quadro 2. Idade média dos trabalhadores por nível de escolaridade completo e sector institucional

Ano	Sector institucional	
2021	Administrações Públicas	Privado
Total[a]	**53**	**43**
Até ao básico - 3.º ciclo	54	46
Secundário e pós-secundário	52	39
Superior	53	40

Nota:
a: cálculo condicionado aos indivíduos com informação relativa à idade disponível.

NOTA METODOLÓGICA

As estatísticas sobre a "Remuneração bruta mensal média por trabalhador" divulgadas neste Destaque são elaboradas com base na informação da Declaração Mensal de Remunerações transmitida pelas empresas à Autoridade Tributária (DMR-AT), obtida para fins estatísticos, ao abrigo de um protocolo celebrado pelo INE – enquanto autoridade estatística nacional, órgão central de produção e difusão de estatísticas oficiais – e aquela entidade, e inserem-se no espaço do Portal StatsLab, destinado a apresentar estatísticas em desenvolvimento.

A remuneração bruta mensal média por trabalhador corresponde ao valor médio da remuneração mensal ilíquida (isto é, antes de impostos) recebida por trabalhador e por ano, tendo sido consideradas todas as remunerações auferidas naquele ano em todos os empregos.

Os dados da Autoridade Tributária (AT) correspondem, essencialmente, a trabalhadores por conta de outrem. Refira-se que, na dimensão total, não foi colocada qualquer restrição à idade dos trabalhadores, mas que não é possível a análise individual do grupo etário daqueles com 75 e mais anos, devido à sua heterogeneidade e menor participação no mercado de trabalho.

A análise por sector institucional teve por referência o universo de entidades que compõem o sector institucional das Administrações Públicas para a definição do Sector das Administrações Públicas (AP), sendo o sector privado definido por diferença. Foram excluídas da análise os trabalhadores que ao longo de 2021 trabalharam em ambos os sectores institucionais, correspondendo a cerca de 80 mil trabalhadores (1,7% do total de 4,6 milhões de trabalhadores únicos). Assim, os trabalhadores do sector das AP e do sector privado correspondem aqui analisados correspondem a indivíduos que trabalharam, exclusivamente, num único sector institucional (740,9 mil trabalhadores das AP e 3 799,6 mil trabalhadores do sector privado).

Os dados recebidos da AT foram integrados com outras bases de dados disponíveis no INE no âmbito do projeto mais amplo de construção de uma Infraestrutura Nacional de Dados no INE, possibilitando assim a caracterização sociodemográfica do trabalhador. O número de trabalhadores considerado em cada dimensão consta do presente ficheiro, folha Quadro 1, e as correspondentes taxas de cobertura em relação ao total de trabalhadores na base de dados são as apresentadas no Quadro A abaixo.

Quadro A. **Taxas de cobertura das dimensões de caracterização dos indivíduos por sector institucional**

Portugal	Sector das Administrações Públicas	Sector privado
	%	
Total	**740,9**	**3 799,6**
Sexo	99,6	93,6
Grupos etários	99,6	93,6
Nível de escolaridade completo	60,1	81,3
NUTS-II	97,2	88,4

Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

ALGUNS CONCEITOS

Remuneração bruta mensal média: remuneração mensal auferida antes de impostos que corresponde ao somatório de todas componentes remuneratórias auferidas pelo trabalhador, nomeadamente salário, subsídios de alimentação, diuturnidades ou prémios de antiguidade, prémios, bónus, entre outras.

Percentis de rendimento: pontos de corte regulares de uma distribuição acumulada, que dividem os dados ordenados em 100 subconjuntos de dados de igual dimensão.

Trabalhador por conta de outrem: indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.